

ENTRELAÇANDO CONCEITOS: CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO RARA, CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E AS TECNOLOGIAS DA BIBLIOTECA 2.0

Aurélia Fabrícia de Resende Meirelles [1]

Mônica Aparecida Vieira [2]

Resumo

Este trabalho é resultado de um estudo de três artigos relacionados à evolução dos métodos e instrumentos tecnológicos associados à disseminação e uso da informação, às políticas dedicadas à preservação documental, assim como, às políticas de desenvolvimento para bibliotecas públicas e escolares. A proposta de pesquisa se associa à Linha de Pesquisa Projetos de Gestão e Políticas de Informação que foi delineada durante o desenvolvimento do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos e contempla o trabalho de conclusão de curso das autoras. Analisou-se a importância da conscientização do usuário com relação aos cuidados que se deve ter ao manusear documentos raros, a necessidade de políticas públicas na área cultural e informacional como fez a Prefeitura de São Paulo em 1935, bem como buscou-se aprofundar o conhecimento na biblioteca 2.0 e suas ferramentas tecnológicas para alcançar e conquistar usuários. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, visando analisar criticamente os constructos teóricos, as características metodológicas e os resultados obtidos pelos pesquisadores em seus estudos que subsidiaram a composição deste artigo. Conclui-se que a tecnologia da biblioteca 2.0 e suas ferramentas facilitam o acesso à informação, bem como é essencial que se tenha políticas de preservação para documentos raros e políticas públicas para fomentar a cultura e a informação.

Palavras-chave: Conscientização. Usuário. Política pública. Biblioteca 2.0.

Abstract

This work is the result of a study of three articles related to the evolution of technological methods and instruments associated with the dissemination and use of information, policies dedicated to document preservation, as well as development policies for public and school libraries. The research proposal is associated with the Information Management and Policies Projects Research Line that was outlined during the development of the Bachelor's Degree in Library Science at UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos and

includes the authors' course completion work. The importance of user awareness regarding the care that must be taken when handling rare documents, the need for public policies in the cultural and informational area, as done by São Paulo City Hall in 1935, was analyzed, as well as an attempt to deepen knowledge in library 2.0 and its technological tools to reach and win over users. This is descriptive research, with a qualitative approach, aiming to critically analyze the theoretical constructs, methodological characteristics and results obtained by researchers in their studies that supported the composition of this article. It is concluded that library 2.0 technology and its tools facilitate access to information, and that it is essential to have preservation policies for rare documents and public policies to promote culture and information.

Keywords: Awareness. User. Public policy. Library 2.0.

Introdução

Este estudo investigou três artigos relacionados à evolução dos métodos e instrumentos tecnológicos associados à disseminação e uso da informação, às políticas dedicadas à preservação documental, assim como, às políticas de desenvolvimento para bibliotecas públicas e escolares. A proposta de pesquisa se associa à Linha de Pesquisa Projetos de Gestão e Políticas de Informação que foi delineada durante o desenvolvimento do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos e contempla o trabalho de conclusão de curso das autoras.

A pesquisa investigou as propostas, os métodos para o desenvolvimento e as conclusões de três textos do campo da Ciência da Informação, na área da Biblioteconomia, que exploram a temática. São eles:

1) O bibliotecário e o patrimônio documental: conscientização do usuário aos materiais informacionais. Ângela S. Lopes; Jacqueline S. Pereira; Livia da C. R. Santos; Sara N. de Caldas.

O texto levanta a importância da conscientização do usuário com relação aos cuidados que se deve ter ao manusear documentos raros

2) Bibliotecas públicas e políticas culturais: a divisão de bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935). Leonardo da S. de Assis e Lúcia M. B. de Oliveira.

Relata a criação do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo, em 1935, demonstrando a preocupação para que a população tenha acesso ao conhecimento, à informação e à cultura.

3) A biblioteca 2.0 e suas ferramentas de colaboração e interação: como aplicá-las no fazer bibliotecário? Jorgivânia L. Brito e Patrícia M. Silva.

O texto expõe sobre a biblioteca 2.0 e suas ferramentas tecnológicas para alcançar e conquistar usuários, para que tenham acesso a informações e a conhecimentos também através de computadores e afins.

As competências do profissional bibliotecário e suas relações no ambiente informacional, as análises dos aspectos da aplicação dos conceitos de acesso à informação foram observadas nessa pesquisa, e somaram-se aos estudos que analisam as práticas informacionais, verificando as possíveis ligações entre os aspectos informacionais socioculturais, e os critérios de relevância e necessidade.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, visando analisar criticamente os constructos teóricos, as características metodológicas e os resultados obtidos pelos pesquisadores em seus estudos que subsidiaram a composição deste artigo.

2.Biblioteca: espaço dedicado à informação

O papel essencial da biblioteca é proporcionar às pessoas acesso à informação e ao conhecimento acumulado pela sociedade ao longo de sua existência, como também ter acesso ao que é produzido na atualidade. O objetivo é que dessa forma sejam capazes de pensar e discutir as diversas situações do seu

entorno, podendo ser de maneira presencial, através do livro físico ou por meio digital, como propõe a biblioteca 2.0, em sua nova versão.

Para tanto, é essencial que se tenha uma política de preservação e de conservação de acervo, tanto físico como digital, para que possamos manter documentos preservados para as gerações presentes e futuras. Assim como, a criação de um plano de educação de usuários para que os mesmos saibam manipular, buscar, como também cuidar de qualquer documento que tenham acesso, seja ele raro ou não. É fundamental que os governantes, juntamente com a sociedade, proponham políticas públicas para a criação e manutenção de bibliotecas sejam elas públicas, escolares, especializadas, universitárias ou centros de informação.

Assim, entendemos que a biblioteca representa o espaço dedicado à informação, ao conhecimento e à cultura e é direito da sociedade ter acesso a esse espaço, seja de maneira presencial ou remota.

Após a leitura e reflexão sobre os três textos propostos, pode-se fazer a seguinte relação com a linha de pesquisa 2 “Projetos de gestão e políticas de informação:

2.1. O bibliotecário e o patrimônio documental: conscientização do usuário quanto aos materiais informacionais.

O foco principal do estudo de Lopes et al (2012) é a conscientização do usuário quanto ao manuseio e preservação das documentações raras. Os arquivos têm a função de guardar e conservar os documentos.

Um passo essencial é a conscientização dos usuários quanto ao manuseio dos documentos, e para que isso aconteça é necessário que as bibliotecas disponibilizem um plano de ação que garanta que não ocorra essa degradação do acervo e que entendam a importância dessa preservação.

Segundo Lopes et al (2012 p.4), os usuários também são um fator relevante para a preservação dos acervos dessas instituições, pois é necessário que haja uma educação dos mesmos na forma de manuseio desses documentos.

No caso do Arquivo Público do Estado do Maranhão, há um grande acervo documental, com manuscritos, mapas, plantas, microfilmes do Períodos Colonial, Imperial e Republicano e que contam com restaurador e laboratório.

É preciso que nas bibliotecas existam medidas de conservação desses acervos, entendendo que esse material disponibilizado pela biblioteca tem suas limitações e fragilidades. De acordo com Lopes et al (2012, p. 9),

A existência de espaço físico adequado para a preservação física dos arquivos contribui para que os acervos custodiados pelo arquivo estadual corram riscos de destruição em virtude das precárias condições das instalações destes órgãos (muita madeira e documentos para ser restaurados).

Uma rede de apoio é vital para que exista uma estrutura administrativa, meios legais e até mesmo recursos que possam garantir um espaço físico adequado, profissionais da área, assim como reprodução dos arquivos para uso dos pesquisadores, permitindo que todo o acervo seja preservado e conservado da melhor maneira possível, possibilitando que a herança cultural permaneça disponível.

2.2. Bibliotecas públicas e políticas culturais.

O texto de Assis e Oliveira (2017) refere-se à uma pesquisa qualitativa sobre a Política Cultural do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo, com enfoque nas Bibliotecas Públicas da Divisão de Bibliotecas, de 1935 a 1938, período em que Mário de Andrade e outros membros eram responsáveis por tal departamento.

Os autores relatam que a criação de tal departamento pode ser considerada uma política cultural pioneira no país, uma vez que, a Divisão de Bibliotecas

propôs diversas iniciativas para levar informação à população, desde a infância até os adultos. “Nota-se, pela primeira vez, a preocupação com a cultura, originada por um projeto político na cidade de São Paulo, com o envolvimento de diferentes instituições”, conforme Assis e Oliveira (2017, p. 04).

A criação do Departamento de Cultura e Recreação da cidade de São Paulo, em 1935, pelo então prefeito Fábio Prado, levou à quatro divisões e uma delas foi a Divisão de Bibliotecas. Essa divisão incumbiu-se da Biblioteca Pública Municipal, Biblioteca Infantil, Bibliotecas Circulantes, Bibliotecas Populares.

O Departamento se incumbiu de adquirir bibliotecas particulares de intelectuais falecidos para melhorar a qualidade de seu acervo e preocupou-se com a guarda e a recuperação de documentos. De acordo com Assis e Oliveira (2017, p.10)

Tal preocupação marca o caráter da política cultural colocada em prática, pois demonstra a preocupação com a história e memória do Brasil, o que atinge a questão da identidade nacional. A coleção de Félix Pacheco, considerada compra prioritária pelos diretores do Departamento de Cultura, era avaliada como a segunda brasileira existente no país – a primeira estava no acervo da Biblioteca Nacional.”

A Biblioteca Municipal, inaugurada em 14 de janeiro de 1926, contava com um acervo com cerca de 15 mil volumes, além de revistas, jornais e mapas para o público. Seus dirigentes buscaram adquirir bibliotecas particulares com o intuito de manter obras raras sobre o Brasil. Denominou-se essa seção especial de “Brasileira”.

A Biblioteca Infantil, inaugurada em 14 de abril de 1936, foi considerada por jornais da época, como a primeira do país no atendimento a crianças e jovens. Contava com um acervo de 1400 volumes de livros direcionados para esse público.

A Biblioteca Circulante levava livros para seus leitores promovendo, assim, orientação cultural e popularizando a leitura na cidade de São Paulo. Segundo Assis e Oliveira (2017, p.12), “(..)o Departamento de Cultura adaptou um carro da época e colocou caixas de livros que seriam levadas para empréstimos nos

bairros. Assim, a Biblioteca Circulante da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura foi uma inovação para a época no Brasil.”

O projeto da Biblioteca Popular não chegou a ser implantado pela gestão de Mário de Andrade, nem por outras posteriores. Mas segundo suas escritas, as bibliotecas populares tornariam as pessoas capazes de pensar e discutir as diversas situações da vida, ter acesso ao conhecimento e à cultura. “(...) Mário de Andrade apresenta que as Bibliotecas Populares disseminariam ‘o hábito de ler’ na população. Que a partir disso seria formada uma população urbana mais informada e capaz de discutir as questões da vida nacional.” (Assis e Oliveira, 2017, p.13)

2.3. A biblioteca 2.0 e suas ferramentas de colaboração e interação: como aplicá-las no fazer bibliotecário?

A pesquisa de Brito e Silva (2010) refere-se à biblioteca 2.0 e algumas de suas ferramentas que podem ser usadas pelos bibliotecários para alcançar e conquistar usuários e como meio de comunicação para disseminar informações e conhecimento. Ainda, as bibliotecas sendo consideradas, conforme Brito e Silva (2010, p. 04) (...) “como organização social, também necessitam reformular seus processos e interagir com as mudanças tecnológicas, e passar a perceber e aplicar a utilização de ferramentas da web 2.0 para a disseminação, organização e recuperação da informação.”

A biblioteca 2.0 surgiu do termo *web 2.0* e foi divulgado por Tim O’Reilly e Dale Dougherty, em 2004 através de diversas conferências mundo a fora. Definiu-se então *web 2.0* “mais cooperativa e mais centrada na colaboração dos internautas”. (O’REILLY, 2005). A *web 2.0* abre oportunidades para que o usuário interaja, colabore, participe, busque informações e conhecimento de maneira *online*, através de vídeos, *sites*, *blogs*, *wikis*, redes sociais e outros.

O termo biblioteca 2.0 é um termo utilizado para designar a evolução da biblioteca tradicional utilizando os recursos da *web 2.0* para que o usuário se beneficie de serviços bibliotecários. Uma vez que, é imprescindível que a

biblioteca evolua perante as mudanças tecnológicas, facilitando assim a disseminação, organização e recuperação da informação de maneira virtual, tornando-se um novo modelo de prestação de serviços ao usuário. Consequentemente, os bibliotecários precisam se capacitar para colocar em prática essas novas ferramentas, de acordo com Brito e Silva (2010, p.6),

“O profissional bibliotecário deve ter pelo menos um conhecimento básico das principais ferramentas 2.0 para executar trabalhos e disseminar o conteúdo de sua biblioteca por meio desse mecanismo. O profissional capaz de conhecer e dominar esses serviços pode adaptar a outras áreas e serviços e até mesmo obter melhor desempenho nas atividades.”

Algumas ferramentas, conforme Brito e Silva (2010):

- Mensagens Instantâneas / *Chat*: “garante uma comunicação em tempo real e trata de permitir interação entre usuário e bibliotecário”. (Brito; Silva, 2010, p. 07)
- Sites de compartilhamento (*Streaming Media*): *YouTube*
- Redes Sociais
- *Blogs e Microbloggings*: diários virtuais funcionando até como indicações de leitura.
- *Bookmarking Social / Tagging*: salvar *sites* favoritos no navegador da *web*.

O diagrama de Arnal (2007) propõe ferramentas, atitudes e conteúdos sociais da biblioteca 2.0, essas ferramentas proporcionam reflexos no comportamento dos usuários que, consequentemente, colaboram com a produção e compartilhamento de conteúdos sociais.

3. ENTRELACANDO CONCEITOS

Lopes *et al* (2012) destacam a questão da conscientização do usuário em relação ao manuseio e preservação das documentações raras. Esse trabalho foi um diagnóstico realizado no Arquivo Público do Estado do Maranhão. Lopes *et al* (2012, p. 3) afirma que, “as instituições arquivísticas são fontes importantes não só para pesquisadores bem como preservação do patrimônio documental pela sociedade.”

No primeiro momento é disponibilizado o histórico do Arquivo Público, contendo um variado acervo no qual foi reformado, informatizado e climatizado. Além da conscientização do usuário no manuseio das obras, foi revitalizado o Laboratório de Conservação e Restauração de Papéis. Todo esse arquivo dispõe de uma Biblioteca de Apoio que reúne coleções de leis do Brasil e do Maranhão, entre demais obras. Para facilitar a recuperação das informações, priorizou-se o registro, a catalogação, a classificação e a indexação das publicações, assim como o atendimento ao usuário.

De acordo com esse acervo tão rico, todas essas medidas, estratégias e ações desenvolvidas são essenciais para a preservação e conservação desses documentos, mas deixa claro que é necessário investimentos dos Órgãos Públicos, recursos humanos disponíveis para que esse trabalho seja realizado de forma significativa. Além disso, Lopes *et al* (2013, p.9) sugerem a restrição de pesquisadores “uma forma de prevenir a degradação dos documentos é restringir o acesso aos pesquisadores, através da reprodução dos fundos de arquivos em diferentes suportes como microfilmagem, CD-ROM, DVD.”

Assis e Oliveira (2017) relatam a criação, em 1935, do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo e, dentro dele, originou a Divisão de Bibliotecas, dentre outras. O responsável por essa pasta, entre 1935 a 1938, foi Mário de Andrade e sua equipe. A Divisão de Bibliotecas ficou responsável por administrar a Biblioteca Pública Municipal, Biblioteca Infantil, Bibliotecas Circulantes, Bibliotecas Populares. Todas essas unidades de informação foram incumbidas de proporcionar a informação e a cultura para a população.

Sendo assim, Assis e Oliveira (2017, p.2) definem

A biblioteca pública é uma instituição gerida pelo Estado que proporciona o livre acesso e o uso de informações, conhecimentos e saberes. Fundamenta-se em legislação específica, é financiada por orçamento público, garante igualdade de acesso a qualquer cidadão, sem distinção de nacionalidade, cor, situação social, nível educacional, crenças ou gênero. Visa, sobre preceitos democráticos, o desenvolvimento humano dos que fazem parte da comunidade, por meio de serviços realizados de modo gratuito, sendo coordenada por profissionais da área.

Diversas ações foram implementadas para o desenvolvimento das bibliotecas da cidade. Para enriquecimento do acervo da Biblioteca Pública, foram adquiridas bibliotecas particulares de intelectuais falecidos.

A Biblioteca Infantil foi considerada a primeira do país no atendimento a crianças e jovens. A Biblioteca Circulante levava livros para os leitores. A Biblioteca Popular, infelizmente, não chegou a ser implantada. Entende-se com a criação desse departamento que havia uma preocupação por parte da administração da época para que a população tivesse acesso à informação, à cultura. Que as pessoas tivessem conhecimento para que crescessem como cidadãos capazes de entender e discutir as questões do seu entorno.

O texto desenvolvido por Brito e Silva (2010) refere-se à biblioteca 2.0 e algumas de suas ferramentas que podem ser usadas pelos bibliotecários para alcançar e conquistar usuários e como meio de comunicação para disseminar informações e conhecimento. A tecnologia precisa ser incorporada aos serviços bibliotecários. Uma vez que, facilita a disseminação, organização e recuperação da informação de maneira virtual, tornando-se um novo modelo de prestação de serviços ao usuário.

Conforme afirmam Brito e Silva (2010, p. 04),

As bibliotecas, como organização social, também necessitam reformular seus processos e interagir com as mudanças tecnológicas, e passar a perceber e aplicar a utilização de ferramentas da web 2.0 para a disseminação, organização e recuperação da informação”.

Consequentemente, os bibliotecários precisam se capacitar para colocar em prática essas novas ferramentas. As ferramentas disponibilizadas são: mensagens Instantâneas (*Chat*); sites de compartilhamento (*Streaming Media*): *YouTube*; redes sociais; *blogs* e *Microbloggings*; *bookmarking* social/*Tagging*.

Brito e Silva (2010, p.6) concordam que o bibliotecário precisa se adequar às novas tecnologias, assim

“O profissional bibliotecário deve ter pelo menos um conhecimento básico das principais ferramentas 2.0 para executar trabalhos e disseminar o conteúdo de sua biblioteca por meio desse mecanismo. O profissional capaz de conhecer e dominar esses serviços pode adaptar a outras áreas e serviços e até mesmo obter melhor desempenho nas atividades.”

4. Considerações finais

Após a leitura e reflexão sobre os três textos propostos, pode-se fazer a seguinte relação com a linha de pesquisa 2 “Projetos de gestão e políticas de informação: projetos de intervenção com o intuito de aplicar conhecimentos teóricos e práticos de gestão no planejamento e funcionamento de unidades de informação, reunindo bibliotecas públicas, universitárias e especializadas ou centros de informação, apresentam a necessidade de preservação documental; a importância da elaboração das políticas públicas para disseminação da informação e as novas possibilidades de acesso proporcionadas pelos equipamentos tecnológicos voltados para o processamento e compartilhamento da informação..”

O Lopes *et al* (2013) levantam a importância da conscientização do usuário com relação aos cuidados que se deve ter ao manusear documentos raros. O Assis e Oliveira (2017) relatam a criação do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo, demonstrando com isso a preocupação que a população tenha acesso e à cultura. O texto de Brito e Silva (2010) trata da biblioteca 2.0 e as suas ferramentas tecnológicas para alcançar e conquistar

usuários, para que tenham acesso a informações e conhecimentos também através de computadores e afins.

O papel primordial da biblioteca é proporcionar às pessoas acesso à informação e ao conhecimento acumulado pela sociedade ao longo de sua existência. Para que dessa forma sejam capazes de pensar e discutir as diversas situações do seu entorno. Seja de maneira presencial, através do livro físico ou por meio digital, como propõe a biblioteca 2.0. analisamos também que é essencial que se tenha uma política de preservação de acervo para que possamos manter documentos importantes para as gerações presentes e futuras, conservando assim a história de um povo.

Dessa forma é preciso desenvolver políticas públicas voltadas para os departamentos de cultura que são porta de entrada para a criação e manutenção de bibliotecas, sejam elas públicas, escolares, especializadas, comunitárias, universitárias ou centros de informação.

Assim é essencial que os usuários tenham o conhecimento de como manusear, preservar e conservar toda essa documentação e materiais disponibilizados pelas bibliotecas, e que é importantíssimo que o público atendido tenha acesso a todas as formas de informações disponíveis com mais rapidez e facilidade.

5. Referências

ASSIS, L. S.; OLIVEIRA, L. M. B. **Bibliotecas públicas e políticas culturais.** Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: brapci.inf.br/index.php/res/v/151727. Acesso em: 02 set. 2023.

BRITO, J. L.; SILVA, P. M. **A biblioteca 2.0 e suas ferramentas de colaboração e interação:** como aplicá-las no fazer bibliotecário? Biblionline, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16556>. Acesso em: 02 set. 2023.

LOPES, N. S.; PEREIRA, J. S.; SANTOS, L. C. R.; CALDAS, S. N. **O bibliotecário e o patrimônio documental:** conscientização do usuário aos materiais informacionais. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/67393>. Acesso em: 03 set. 2023.

[1] Graduanda em Biblioteconomia da UNIMES - Universidade Metropolitana de Santos. aureliaritapolis@gmail.com

[2] Graduanda em Biblioteconomia da UNIMES - Universidade Metropolitana de Santos. monica280820@gmail.com